

DESIGUALDADE BRASILEIRA: DECOMPOSIÇÃO EM COMPONENTES CAUSADOS POR DISPARIDADES REGIONAIS, ENTRE GÊNEROS, RACIAIS E EDUCACIONAIS¹

Márcio Antônio Salvato²
Paola Faria Lucas de Souza³

Palavras chave: Desigualdade de renda, Decomposição, Theil-T

Resumo:

A Desigualdade de renda continua sendo um dos principais problemas brasileiros, apesar de sua queda a partir da década de 90. Esta disparidade é abordada por muitos autores como sendo consequência de outras desigualdades como a educacional como aborda Ramos (1991), a racial, entre gêneros e ainda regional. Neste estudo abordaremos a desigualdade de renda medida pelo índice de disparidade T-Theil, a partir de sua decomposição adaptada da metodologia de Atika (2000). A decomposição do índice será feita em cinco níveis sendo que como resultado final a desigualdade terá os componentes inter-rural/urbano, inter-gêneros, inter-racial, inter-grupos educacionais e intra-grupos educacionais. Nessa abordagem ainda é possível observar o diferencial devido à desigualdade dentro de cada grupo e a desigualdade causada pelo fator de separação dos grupos. Para uma análise comparativa considerou-se a metodologia aplicada a nível brasileiro, para o sudeste e para Minas Gerais, usando dados das PNAD's de 1995, 1999 e de 2002 a 2006. Como principais resultados destacam-se: *i*) queda da desigualdade brasileira nos últimos anos, apesar de permanecer alta; *ii*) desigualdade brasileira superior à desigualdade mineira e do sudeste que se mostraram praticamente no mesmo patamar; *iii*) desigualdade entre as pessoas da área rural menor que a desigualdade na área urbana; *iv*) desigualdade entre os homens superior à desigualdade no grupo das mulheres; *v*) maior desigualdade no grupo racial de pessoas brancas comparativamente ao de não brancas; *vi*) componente inter área rural-urbana representando cerca de 3% da desigualdade brasileira, 1,5% no sudeste e 2,5% em Minas Gerais; *vii*) componente inter-gêneros chega a 4% em Minas Gerais, 2,5% no Brasil e 3,5% no sudeste; *viii*) componente inter-racial fica entre 6 e 6,5% para todas as divisões geográficas; *ix*) componente inter-grupos educacionais para todas as regiões representou cerca de 30% da desigualdade no período analisado; *x*) maior componente da desigualdade foi o componente de desigualdade intra-grupo educacional.

¹ Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu- MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

² Professor da PUC Minas e IBMEC MG

³ PUC Minas

DESIGUALDADE BRASILEIRA: DECOMPOSIÇÃO EM COMPONENTES CAUSADOS POR DISPARIDADES REGIONAIS, ENTRE GÊNEROS, RACIAIS E EDUCACIONAIS

Márcio Antônio Salvato
Paola Faria Lucas de Souza

1. INTRODUÇÃO

A má distribuição de renda é um dos problemas históricos brasileiros, tanto a nível nacional, quanto a nível regional ou no que diz respeito a grupos populacionais. Dentre os determinantes desta disparidade podem-se citar alguns “fatores de diferenças” que acabam por criar grupos dentro de uma sociedade e assim grupos de renda também, dentre eles pode-se citar o nível educacional, raça e gênero, e ainda fatores de segmentação como a região geográfica de moradia. Pode-se assim afirmar que, além do problema econômico, a desigualdade brasileira configura uma má distribuição de oportunidades de inclusão econômica e social, o que caracteriza uma baixa mobilidade social.

Dentre os principais determinantes da renda e sua distribuição está a educação. Wang (2001) destaca que os benefícios do investimento em capital humano, principalmente em educação, ajudam a atingir outras dimensões do desenvolvimento como a segurança, justiça social (principalmente na melhora da inclusão social), melhor aproveitamento de recursos naturais, maior produtividade e sustentabilidade. Um aumento do nível de escolaridade proporciona, no longo prazo, uma maior produtividade, dada a rápida adaptação aos novos processos produtivos; um maior nível de renovação tecnológica, dado o empreendedorismo que o investimento em capital humano pode levar e promove ainda a inclusão social. Assim, quando o capital humano (estoque educacional) é mais bem distribuído à população, a alocação da renda também deve ser mais bem distribuída, considerando-o como um dos principais determinantes da disparidade de renda.

A desigualdade no Brasil é ainda um dos fatores que levam o baixo efeito do crescimento sobre a redução da pobreza, que é conhecido na literatura como *hipótese de Bourguignon* [SALVATO, ARAUJO JR e MESQUITA (2007)]. Pobreza esta que no Brasil tem cor, como coloca HENRIQUES (2002): “...a pobreza no Brasil é negra”. Segundo BARROS, HENRIQUES e MENDONÇA (2000d), é o auto grau de desigualdade brasileiro que o coloca em situação pior a nível de pobreza comparativamente a países com renda *per capita* similar.

O problema da desigualdade ligada a fatores educacionais e regionais é levantado por muitos autores como PESSOA *et alli* (2007) que sinalizam que a desigualdade de renda entre as regiões brasileiras é muito mais um problema de desigualdade de recursos produtivos, com ênfase na desigualdade educacional entre as regiões, que aspectos puramente regionais. SALVATO, DUARTE e FERREIRA (2006) realizam um exercício contrafactual para avaliar o quanto que a educação explica da distância entre as distribuições de renda do nordeste e sudeste e considerando que o nível educacional dos habitantes no nordeste fosse aquele verificado no sudeste, os autores concluem que pelo menos 1/3 da diferença entre as distribuições pode ser atribuída às diferenças educacionais de seus habitantes.

A literatura destaca ainda a ligação da desigualdade com fatores raciais e de gênero. QUADROS (2004) aponta que mulheres ganham em média menos que os homens, e se tratando de mulher negra este diferencial é ainda maior. FERREIRA *et alli* (2006) encontra parte da desigualdade sendo explicada por fatores de discriminação racial e de gênero.

Este estudo tem como objetivo analisar em quanto determinantes da distribuição de renda como gênero, área de moradia, raça e nível educacional são importantes. Tendo assim em vista contribuir com a discussão sobre quais áreas devem ser priorizadas para que haja diminuição da desigualdade, bem como enriquecer a literatura brasileira sobre o assunto.

Para desenvolver este trabalho estimaremos o índice Theil-T e seguindo a metodologia de decomposição descrita por Atika (2000), com algumas modificações, repartiremos este índice em fatores determinados por diferenciais entre áreas de moradia (rural e urbana), sexo, raça e nível de escolaridade, chegando a uma decomposição em cinco níveis. Como base de dados utiliza-se a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, dos anos de 1995, 1999 e de 2002 a 2006. Fundamenta-se a escolha dos anos pelo resultado dos trabalhos da equipe de pesquisadores do IPEA que apontam a redução da desigualdade ocorrida neste período, utilizando a mesma base de dados. O estudo será realizado, hierarquicamente, para três níveis de agregação: Brasil, Região Sudeste e Minas Gerais. Como nosso objetivo é analisar o mercado de trabalho tomamos a distribuição de renda apenas para pessoas entre 15 e 65 anos.

Como principais resultados podem-se citar: *i*) alta desigualdade de renda, porém em queda entre 1995 e 2006; *ii*) o componente inter área rural/urbana explica pouco a desigualdade de renda Mineira e do Sudeste, sendo em apesar de pouco maior para o Brasil; *iii*) componente inter-gêneros é o menor entre os demais para o Brasil, sendo para Sudeste Minas o segundo menor; *iv*) o componente de desigualdade inter-racial explica 7% da desigualdade brasileira em média, sendo para o Sudeste e Minas entre 5% e 6%; *v*) componente inter-grupos educacionais explica em média 30% da desigualdade em todas as localidades; *iv*) maior componente da desigualdade é o intra-grupos educacionais; *v*) desigualdade teve maior queda entre 1995 e 1999.

Na próxima seção serão apresentados os aspectos teóricos sobre a determinação da distribuição de renda. Na seção 3 discute-se a abordagem metodológica. Na seção 4 aplica-se o método proposto de decomposição de desigualdade, apresentando as principais conclusões na última seção.

2. DESIGUALDADE DE RENDA: DETERMINANTES

São muitos os fatores levantados como influenciadores do quão concentrado é a renda, dentre eles destacam-se gênero, raça, região de moradia, idade e escolaridade. Este último fator é levantado pela literatura como principal determinante da distribuição de rendimentos.

Especificamente no mercado de trabalho RAMOS e VIEIRA (2000) destacam alguns fatores que levam a disparidades salariais: (a) forma de compensação, por postos de trabalho que tem diferenças como risco de acidente, insalubridade, mas ocupados por trabalhadores com igual potencial produtivo; (b) heterogeneidade de trabalhadores como educação e experiência; (c) segmentação no mercado entre trabalhadores igualmente produtivos sem base em critérios tangíveis, como posição geográfica; (d) atributos não produtivos, discriminatórios, como cor e sexo. Assim sendo, o mercado de trabalho é tanto gerador quanto revelador de desigualdades.

Muitos autores colocam a educação não apenas como fator que aumenta a produtividade, mas também capaz de promover maior igualdade a medida que é bem distribuída contribuindo para a mobilidade social [ver BARROS, HENRIQUE e MENDONÇA (2000c), HENRIQUES (2002), WANG (2001)].

Segundo HENRIQUES (2002) a educação é parte do conjunto mínimo de oportunidades sociais básicas que geram equidade e justiça social, contribuindo diretamente para melhoria de qualidade de vida e integração do indivíduo na sociedade, assim a educação se mostra como importante variável para mudar a situação desigual dos indivíduos de diferentes raças.

BARROS, HENRIQUES e MENDONÇA (2000c) afirmam, ainda, que a principal fonte de desigualdade salarial corresponde a diferenças de produtividade ocasionadas por diferenças educacionais. Para os autores, não é descartada a influência da discriminação de

gênero e raça na diferenciação de salários, mas a educação é apontada como principal determinante e uma política pública que conduza a uma redução da desigualdade salarial deve buscar uma queda significativa da heterogeneidade educacional.

A influência da educação na desigualdade salarial, segundo BARROS, HENRIQUE e MENDONÇA (2000c), depende de dois fatores: nível de desigualdade educacional e como a desigualdade educacional é traduzida na desigualdade salarial pelo mercado de trabalho, ou seja, o retorno da educação. Quanto maior for a remuneração por um ano a mais de escolaridade, maior será a disparidade salarial ocasionada por cada nível de desigualdade educacional.

A educação e a região de moradia segundo sua influência sobre a disparidade de renda do trabalho foi foco do trabalho de SALVATO *et all* (2006), comparando as densidades para as regiões mais pobre e mais rica do País: Sudeste e Nordeste. Para isto os autores construíram densidades contrafactuais, colocando para análise na região mais pobre o nível educacional da mais rica, ou seja, estimaram a distribuição de renda do trabalho reponderando as amostras disponíveis de forma que possam compor uma população com o perfil de escolaridade que se deseja. A distribuição de renda reponderada pela educação mostra que pelo menos 30% do diferencial de renda do trabalho entre as regiões pode ser explicado pela diferença de escolaridade.

BARROS e MENDONÇA (1994) fizeram um estudo onde compararam os países industrializados com o Brasil encontrando no nível educacional principal explicação entre a diferença entre o nível de renda per capita brasileira e desses países.

Segundo FERREIRA (2000) o Brasil se destaca negativamente no contexto internacional pela sua grande disparidade de renda. As principais causas destacadas pelo autor são: (1) diferenças entre indivíduos em suas características natas (raça, gênero, inteligência ou riqueza inicial); (2) diferenças entre características individuais adquiridas (nível educacional, experiência profissional); (3) mecanismos em que o mercado de trabalho age sobre os tipos de indivíduos citados acima em 1 e 2, transformando as diferenças individuais em diferenças no rendimento do trabalho, estes mecanismos são discriminação (raça, gênero), segmentação (entre postos de trabalhos distintos ocupados por trabalhadores idênticos), projeção (retorno de acordo com as características observadas no trabalhador como escolaridade e experiência); (4) os mercados de capital que ao serem imperfeitos, são segmentados por exemplo no acesso ao crédito; (5) fatores demográficos como formação de domicílio, de fertilidade, coabitação ou separação domiciliar. Esta grande desigualdade, segundo FERREIRA (2000), tem efeitos negativos sobre o desempenho agregado da economia. Neste sentido, o mercado de trabalho desempenha papel amplificador da desigualdade educacional ao passo que a transforma em desigualdade salarial.

FERREIRA (2000) demonstra um modelo em que a desigualdade educacional gera alto nível de desigualdade de renda, o que por sua vez pode levar a uma distribuição desigual do poder político, ao passo que a riqueza tem influência sobre o poder político. Esta desigualdade do poder político irá reproduzir a desigualdade educacional, pois o sistema público de educação não é utilizado pelos mais ricos que assim não se interessam pela sua qualidade, então a desigualdade é aprofundada na medida em que os pobres não têm acesso a escolas particulares e nem tão pouco têm poder político para melhorar as escolas públicas.

NÉRI (2003) destaca que no Brasil a desigualdade social, explicada por diferenciais regionais, de gênero, raça e educação têm grandes efeitos sobre condições de vida, saúde e mortalidade da população. Decompondo o índice de Theil-T, o autor estuda a contribuição de deficientes físicos para a desigualdade de renda. Os resultados encontrados pelo autor, considerando a população entre 15 e 65 anos, apontam que portadores de deficiência têm pouca contribuição à desigualdade de renda brasileira, tendo o índice de Theil variando de 0,10% a 1,13%; já a educação comparativamente tem um efeito muito maior, com um índice

de Theil variando de 36,5% a 42,07%.

HENRIQUES (2002) destaca a educação como tendo papel importante para mobilidade social, principalmente no que se refere às desigualdades raciais, apesar de poder ocultar a discriminação racial ao passo que o diferencial de educação entre negros e brancos são utilizados para justificar as desigualdades de rendas entre as raças. O autor ainda destaca que apesar de mulheres terem escolaridade acima da dos homens, a igualdade salarial só é alcançada com uma diferença de pelo menos 5 anos a mais de escolaridade, sendo que quando a mulher é negra esta diferença sobe para 8 anos, configurando o aspecto discriminatório do mercado de trabalho, a despeito do controle da educação.

A discriminação racial, segundo demonstrado por CAMPANTE, CRESPO e LEITE (2004), tem um caráter elitista, aumentado na medida em que se avança na distribuição dos salários. Mostram ainda que a educação da mãe é variável importante para explicar o diferencial de salários e que os fatores regionais são importantes a medida em que o mercado de trabalho surge como lócus mais importante da questão racial no Sudeste que no Nordeste.

Conforme QUADROS (2004), a hierarquização de grupos segundo sua desigualdade social destaca os homens brancos no topo, seguidos das mulheres brancas, homens negros e mulheres negras. Apesar das mulheres brancas revelarem melhor perfil de escolaridade, seus rendimentos médios são piores do que os dos homens brancos e negros quando se divide a população por grupos de escolaridade. No geral as mulheres brancas ganham mais que os homens negros por se encontrarem em maior parte nos níveis superiores de escolaridade. As mulheres negras têm nível de escolaridade também maior do que o dos homens negros, tendo rendimentos inferiores tanto em grupos educacionais quanto no total da população. Neste sentido, há uma tendência geral de que as mulheres precisam de maior escolaridade para se inserirem no mercado de trabalho e recebendo ainda menos que os homens. O autor coloca como principal problema o acesso às ocupações melhor remuneradas para explicar no geral o diferencial de renda.

Como medida de disparidade RAMOS e VIEIRA (2000) utilizaram o índice Theil-T e ainda uma medida de desigualdade sugerida por SHORROCKS (1980), analisando o desempenho na década de 1990 no Brasil. Os autores encontram como resultado que a educação, tanto em nível de contribuição bruta quanto em nível de contribuição marginal, se mostra como grande determinante da desigualdade: em 1995, a contribuição bruta da educação para a desigualdade chegou a 30,3% sendo a contribuição marginal de 23,4%.

RAMOS (2007) usa o índice Theil-T para descrever o comportamento da desigualdade brasileira, mostrando a influência das variações no nível de escolaridade sobre a distribuição de renda individual. Os resultados apontam que a educação teve papel importante para a queda da desigualdade de renda entre 1995 e 2005. Segundo o autor a fonte dessa desigualdade pode ser mensurada pela decomposição do índice Theil-T para determinado grupo da população, sendo possível observar assim a desigualdade entre e intra-grupos.

Avaliando aspectos da distribuição de renda, vários autores destacaram a péssima distribuição que ocorre no Brasil principalmente por causa da alta assimetria à direita, denotando a alta concentração da renda nas mãos de poucos brasileiros. FERREIRA e LITCHFIELD (2000) apresentam algumas medidas de desigualdade para renda, tais como o coeficiente de Gini e o Coeficiente de Theil-L e Theil-T, e ainda a média e mediana para o período de 1981 a 1995. Os autores mostram que a renda mediana é metade da renda média, o que caracteriza o viés à direita, ou seja, 50% das pessoas recebem menos que a metade da média aritmética da renda. Ainda é observado um aumento da desigualdade no período pelos demais índices: coeficientes de Gini, Theil e pelo coeficiente de variação.

Segundo HOFFMAN (2000), a desigualdade entre regiões é componente importante da desigualdade, sendo que em sua decomposição do índice Theil-T representou 9% da desigualdade total, sendo o componente de desigualdade intra-regional mais importante.

HOFFMAN (2000) ainda destaca que os homens ganham mais que as mulheres, mas estas têm para dados de 1997, em média, 1,6 anos a mais de escolaridade que os homens. Mostra ainda que pessoas que trabalham na área urbana ganham mais que pessoas que habitam a área rural. Hoffman (2000) destaca a educação como caminho clássico para a ascensão social e ainda que pessoas negras ganham menos que as brancas, denotando o aspecto discriminatório.

SIQUEIRA e SIQUEIRA (2006) colocam, entre outras medidas de desigualdade, os índices de Theil e Gini por estes poderem ser decompostos para diferentes subgrupos da população. Segundo estes, na decomposição as características individuais como educação, gênero, ocupação e localização urbana ou rural são determinantes importantes da renda. Estes autores colocam que há dois elementos responsáveis pela desigualdade: o fator inter-grupos, que emerge entre os grupos identificáveis e o fator intra-grupo que se desenvolve dentro dos grupos especificados. Estes destacam que medidas de desigualdade como o índice de Theil são aditivamente decomponíveis se puderem ser decompostas de forma que ao final a desigualdade seja a soma de desigualdades intra e intergrupos. Estes autores encontraram que a maior parte da desigualdade é determinada por fatores intra-regionais, sendo o fator inter regional de menor proporção.

FERREIRA *et alli* (2006) consideram técnicas usuais de decomposição de medidas de desigualdade como o de Theil, que satisfaz a propriedade da aditividade. Estes autores colocam que a partir de 1993 ocorre uma queda da desigualdade de renda, e dentre os fatores que mais contribuíram destaca-se a queda da desigualdade de rendimentos entre grupos educacionais. O período foi marcado por uma significativa convergência da renda das famílias localizadas em áreas rurais e urbanas e a cobertura dos programas governamentais de transferência de renda. A decomposição dos índices é realizada segundo os seguintes grupos: Idade do chefe; escolaridade do chefe; tipo de domicílio; região; raça do chefe; localização rural ou urbana e sexo do chefe. Ao final, tem-se uma decomposição em fatores de desigualdade inter-grupos e intra-grupos. Como resultado observam que pelo índice Theil-T em 2004 a educação explicou 38% da desigualdade, o gênero 10%, a raça 11%, tipo de domicílio 11%, região 8%, e área rural ou urbana 5%. O período analisado é de 1981 a 2004 e o componente que apresentou a maior queda foi o da área, passando de 17% em 1981 para 5% em 2004, o que segundo os autores pode ter sido causado tanto pela redução da população rural quanto pelas evidências de crescimento do agronegócio a partir da liberação comercial da década de 1990.

WAQUIL e MATTOS (2002) estudam a pobreza especificamente do meio rural, salientando que entre as causas dessa pobreza estão as raízes históricas, instabilidade de marcos políticos, adoção de modelos macroeconômicos e de políticas de desenvolvimento, a elevada concentração fundiária juntamente com a baixa rentabilidade das atividades agrícolas, os baixos investimentos em capital humano e social e em infra-estrutura rural, dificuldades de consideração da heterogeneidade de questões étnicas e de gênero no meio rural. Os autores apontam que a renda média no meio rural é inferior à no meio urbano, porém a desigualdade é acentuada em ambos, apesar de ser menor na área rural, contudo esta tem ficado estagnada enquanto a desigualdade urbana apresenta queda.

HENRIQUES (2002) ressalta ainda que a desigualdade de renda brasileira esta muito associada à desigualdade de distribuição de educação para a população. O diferencial salarial é em parte gerado no interior do sistema educacional e outra parte derivada da herança da discriminação educacional na geração dos pais dos estudantes. Cerca de 49% da diferença salarial entre brancos e negros é devido a diferenças de nível de escolaridade entres as raças, sendo 27% destes derivados do sistema educacional e os outros 22% derivados da escolaridade dos pais.

Dessa forma constatou-se que área de moradia (rural – urbana), sexo, raça e nível de

escolaridade podem ter uma grande capacidade para explicar o diferencial de renda. E ainda que a propriedade de aditividade do índice de disparidade Theil-T nos leva a concluir que este é um bom índice para demonstrar os efeitos das variáveis acima sobre a distribuição salarial. Sendo assim, na próxima secção está demonstrada a forma de decomposição deste índice.

3. METODOLOGIA

O método abordado para analisar a composição da desigualdade de renda Brasileira é a decomposição do índice de disparidade de renda Theil-T. Esta decomposição é feita por fatores regionais, de gênero, raciais e educacionais, tendo em vista observar a importância desses fatores para a disparidade de renda total. Para realização dos cálculos são utilizados os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, para os anos de 1995, 1999 e 2002 a 2006.

São considerados filtros da amostra: pessoas ocupadas na força de trabalho; ambos os sexos; ocupados; entre 15 e 65 anos de idade; com renda de trabalho positiva; com todos os atributos de interesse claramente identificáveis.

3.1 Decomposição do Índice Theil-T em cinco níveis

O coeficiente de Theil, segundo BARROS *et alli* (2000a), é uma medida de desigualdade utilizada em grande escala para mensurar a desigualdade de renda e deriva da noção de entropia. Quanto maior o índice de Theil, maior a concentração de renda na amostra. As principais vantagens do Theil em relação a outros índices de desigualdade é sua sensibilidade aos diferenciais de observações na variável verificados nas proximidades da cauda inferior da distribuição e sua possibilidade de ser decomposição aditiva por subgrupos populacionais.

É baseada nessa propriedade de decomposição que AKITA (2000) propõe uma decomposição hierárquica de 3 níveis da distribuição região-província-distrito, que aqui será adaptada em cinco níveis para área-gênero-raça-escolaridade. Dessa forma busca-se observar os componentes da desigualdade de renda vinculados a outras desigualdades como: de área de moradia (aqui definida como rural⁴ ou urbana), sexo, raça⁵ e nível de escolaridade. A adequação feita pode ser descrita pelo seguinte índice de Theil-T:

$$T = \sum_i \sum_l \sum_r \sum_j \sum_k \left(\frac{Y_{ilrjk}}{Y} \right) \ln \left(\frac{Y_{ilrjk}}{Y/N} \right) \quad (1)$$

em que Y_{ilrjk} é a renda do indivíduo k da raça r , no grupo j de escolaridade, do gênero l , na área i (urbano ou rural); $Y = \sum_i \sum_l \sum_r \sum_j \sum_k Y_{ilrjk}$ é a renda agregada e $N = \sum_i \sum_l \sum_r \sum_j \sum_k n_{ilrjk}$ é o total da população.

A desigualdade de renda entre os indivíduos residentes na área i , T_i , pode ser assim demonstrada pela equação a seguir, donde se pode começar a observar a decomposição do índice de disparidade de renda Theil-T:

$$T_i = \sum_l \sum_r \sum_j \sum_k \left(\frac{Y_{ilrjk}}{Y_i} \right) \ln \left(\frac{Y_{ilrjk}}{Y_i/N_i} \right) \quad (2)$$

Dessa forma a primeira equação pode ser decomposta em:

⁴ A renda rural aqui pode ser tendenciosa ao passo que a PNAD não considera o valor da produção para auto-consumo que pode representar grande parte da renda da população rural.

⁵ Como raça consideramos 2 grupos um de brancos e outro de não brancos que inclui pretos, pardos, amarelos e indígenas. Vale ainda lembrar que as informações de raça são feitas pelo auto-julgamento do entrevistado.

$$T = \sum_i \left(\frac{Y_i}{Y} \right) T_i + \sum_i \left(\frac{Y_i}{Y} \right) \ln \left(\frac{Y_i / N_i}{Y / N} \right) \quad (3)$$

$$T = \sum_i \left(\frac{Y_i}{Y} \right) T_i + T_{BUR} = T_{WUR} + T_{BUR} \quad (4)$$

em que $Y_i = \sum_l \sum_r \sum_j \sum_k Y_{ilrjk}$ é o total da renda na área i , $N_i = \sum_l \sum_r \sum_j \sum_k n_{ilrjk}$ é o total da população na área i , $T_{BUR} = \sum_i \left(\frac{Y_i}{Y} \right) \ln \left(\frac{Y_i / N_i}{Y / N} \right)$ mensura a desigualdade de renda entre as regiões

rural-urbano. Observe ainda que o primeiro termo da equação representa a desigualdade dentro das regiões, T_{WUR} , calculado por uma média ponderada dos T_i . Desta forma, temos uma primeira decomposição do índice de Theil-T em desigualdade intra-rural/urbano (T_{WUR}) – ou seja a que é causada dentro da área – e inter-rural/urbano (T_{BUR}) – ou seja a parte da desigualdade causada pelo diferencial de área.

Mais uma etapa da decomposição do índice pode ser explanada definindo T_{il} para mensurar a desigualdade de renda em cada gênero l na área i :

$$T_{il} = \sum_r \sum_j \sum_k \left(\frac{Y_{ilrjk}}{Y_{il}} \right) \ln \left(\frac{Y_{ilrjk}}{Y_{il} / N_{il}} \right) \quad (5)$$

em que $Y_{il} = \sum_r \sum_j \sum_k Y_{ilrjk}$ é o total de renda do gênero l na área i , N_{il} é o total da população do gênero l na área i . Assim a desigualdade dos indivíduos na área i , T_i , pode ser decomposta da seguinte forma:

$$T_i = \sum_l \left(\frac{Y_{il}}{Y_i} \right) T_{il} + \sum_l \left(\frac{Y_{il}}{Y_i} \right) \ln \left(\frac{Y_{il} / N_{il}}{Y_i / N_i} \right) \quad (6)$$

$$T_i = \sum_l \left(\frac{Y_{il}}{Y_i} \right) T_{il} + T_{BG_i} = T_{WG_i} + T_{BG_i} \quad (7)$$

A desigualdade entre os gêneros l na área i é medida por $T_{BG_i} = \sum_l \left(\frac{Y_{il}}{Y_i} \right) \ln \left(\frac{Y_{il} / N_{il}}{Y_i / N_i} \right)$. É

possível observar ainda que o primeiro termo da equação (7) representa a desigualdade de renda devido a desigualdade dentro do gênero l na área i , ou seja, é uma média ponderada dos T_{jl} , o qual chamaremos de T_{WG_i} . Se substituirmos o T_i da equação (7) no T da equação (4), teremos:

$$T = \sum_i \left(\frac{Y_i}{Y} \right) \left[\sum_l \left(\frac{Y_{il}}{Y_i} \right) T_{il} + T_{BG_i} \right] + T_{BUR} \quad (8)$$

Observe que o termo entre colchetes representa a desigualdade inter e intra-gêneros para cada área. Logo, o primeiro termo é simplesmente a média ponderada para estes efeitos, usando as proporções da renda apropriada pela área i como ponderador, podendo ser reescrito por,

$$T = \sum_i \sum_l \left(\frac{Y_{il}}{Y} \right) T_{il} + \sum_i \left(\frac{Y_i}{Y} \right) T_{BG_i} + T_{BUR} \quad (9)$$

$$T = T_{WG} + T_{BG} + T_{BUR} \quad (10)$$

A equação (10) é a equação de decomposição do índice de Theil-T em três componentes: desigualdade intra-gêneros (T_{WG}), desigualdade inter-gêneros (T_{BG}) e desigualdade inter-rural/urbano (T_{BUR}).

Pode-se decompor em mais um nível, tomando o primeiro termo da equação (10), desigualdade intra-gêneros, decompondo-a por raça. Definindo T_{ilr} para mensurar a desigualdade de renda para a raça r no gênero l e na área i ,

$$T_{ilr} = \sum_j \sum_k \left(\frac{Y_{ilrjk}}{Y_{ilr}} \right) \ln \left(\frac{Y_{ilrjk}}{Y_{ilr} / N_{ilr}} \right) \quad (11)$$

em que $Y_{ilr} = \sum_j \sum_k Y_{ilrjk}$ é o total de renda da raça r no gênero l na área i , N_{ilr} é o total da população

da raça r no gênero l e na área i . Assim a desigualdade dos indivíduos no gênero l na área i , T_{il} , pode ser demonstrada na seguinte equação:

$$T_{il} = \sum_r \left(\frac{Y_{ilr}}{Y_{il}} \right) T_{ilr} + \sum_r \left(\frac{Y_{ilr}}{Y_{il}} \right) \ln \left(\frac{Y_{ilr} / N_{ilr}}{Y_{il} / N_{il}} \right) \quad (12)$$

$$T_{il} = \sum_r \left(\frac{Y_{ilr}}{Y_{il}} \right) T_{ilr} + T_{BR_{il}} = T_{WR_{il}} + T_{BR_{il}} \quad (13)$$

em que $T_{BR_{il}} = \sum_l \left(\frac{Y_{ilr}}{Y_{il}} \right) \ln \left(\frac{Y_{ilr} / N_{ilr}}{Y_{il} / N_{il}} \right)$ é a desigualdade entre as raças nos gêneros l na área i . O

primeiro termo da equação (12) representa a desigualdade de renda devido a desigualdade dentro de cada raça no gênero l na área i , ou seja, é uma média ponderada dos T_{ilr} , o qual chamaremos de $T_{WR_{il}}$.

Se substituirmos o T_{il} da equação (13) no T da equação (9), teremos:

$$T = \sum_i \sum_l \left(\frac{Y_{il}}{Y} \right) \left[\sum_r \left(\frac{Y_{ilr}}{Y_{il}} \right) T_{ilr} + T_{BR_{il}} \right] + T_{BG} + T_{BUR} \quad (14)$$

Observe que o termo entre colchetes representa a desigualdade inter e intra-racial para cada gênero l e área i . Logo, o primeiro termo expressa a média ponderada para estes efeitos, usando as proporções da renda apropriada pelo gênero l na área i como ponderador, podendo ser reescrito por,

$$T = \sum_i \sum_l \sum_r \left(\frac{Y_{ilr}}{Y} \right) T_{ilr} + \sum_i \sum_l \left(\frac{Y_{il}}{Y} \right) T_{BR_{il}} + T_{BG} + T_{BUR} \quad (15)$$

$$T = T_{WR} + T_{BR} + T_{BG} + T_{BUR} \quad (16)$$

A equação (16) é a equação de decomposição do índice de Theil-T em quatro componentes: desigualdade intra-racial (T_{WR}), desigualdade inter-racial (T_{BR}), desigualdade inter gêneros (T_{BG}) e desigualdade inter-rural/urbano (T_{BUR}).

Uma nova decomposição pode ser feita utilizando o primeiro componente da equação 16, ou seja, a desigualdade dentro das raças, este componente será decomposto em desigualdade intra e inter os grupos educacionais j . Para tanto utilizaremos a desigualdade em cada grupo educacional na raça r , do gênero l e na área i , T_{ilrj} , descrito abaixo:

$$T_{ilrj} = \sum_k \left(\frac{Y_{ilrjk}}{Y_{ilrj}} \right) \ln \left(\frac{Y_{ilrjk}}{Y_{ilrj} / N_{ilrj}} \right) \quad (17)$$

em que $Y_{ilrj} = \sum_k Y_{ilrjk}$ é o total de renda do grupo de escolaridade j , na raça r , do gênero l e na área i ,

N_{ilrj} é o total da população do grupo de escolaridade j , na raça r , do gênero l e na área i . Assim a desigualdade dos indivíduos na raça r , do gênero l e na área i , T_{ilr} , pode ser decomposta em:

$$T_{ilr} = \sum_j \left(\frac{Y_{ilrj}}{Y_{ilr}} \right) T_{ilrj} + \sum_j \left(\frac{Y_{ilrj}}{Y_{ilr}} \right) \ln \left(\frac{Y_{ilrj} / N_{ilrj}}{Y_{ilr} / N_{ilr}} \right) \quad (18)$$

$$T_{ilr} = \sum_j \left(\frac{Y_{ilrj}}{Y_{ilr}} \right) T_{ilrj} + T_{BE_{ilr}} = T_{WE_{ilr}} + T_{BE_{ilr}} \quad (19)$$

A desigualdade entre os grupos de escolaridade j na raça r , pertencente ao gênero l e à área i é medida por $T_{BE_{ilr}} = \sum_l \left(\frac{Y_{ilrj}}{Y_{ilr}} \right) \ln \left(\frac{Y_{ilrj} / N_{ilrj}}{Y_{ilr} / N_{ilr}} \right)$. É possível observar ainda que o primeiro termo da

equação (12) representa a desigualdade de renda devido a desigualdade dentro de cada gênero no grupo educacional j na área i , ou seja, é uma média ponderada dos T_{ijl} , o qual chamaremos de $T_{WG_{ij}}$. Se substituirmos o T_{ij} da equação (19) no T da equação (15), teremos:

$$T = \sum_i \sum_l \sum_r \left(\frac{Y_{ilr}}{Y} \right) \left[\sum_j \left(\frac{Y_{ilrj}}{Y_{ilr}} \right) T_{ilrj} + T_{BE_{ilr}} \right] + T_{BR} + T_{BG} + T_{BUR} \quad (20)$$

Observe que o termo entre colchetes representa a desigualdade inter e intra-grupo educacional j para cada raça r no gênero l e área i . Logo, o primeiro termo expressa a média ponderada para estes efeitos, usando as proporções da renda apropriada pela raça r gênero l e área i como ponderador, podendo ser reescrito por,

$$T = \sum_i \sum_l \sum_r \sum_j \left(\frac{Y_{ilrj}}{Y} \right) T_{ilrj} + \sum_j \left(\frac{Y_{ilr}}{Y} \right) T_{BE_{ilr}} + T_{BR} + T_{BG} + T_{BUR} \quad (21)$$

$$T = T_{WE} + T_{BE} + T_{BR} + T_{BG} + T_{BUR} \quad (22)$$

A equação (22) chega ao objetivo final desta metodologia, que é a equação de decomposição do índice de Theil-T em cinco componentes: desigualdade intra-grupos educacionais (T_{WE}), desigualdade inter-grupos educacionais (T_{BE}), desigualdade inter racial (T_{BR}), desigualdade inter-gêneros (T_{BG}), e desigualdade inter-rural/urbano (T_{BUR}).

4. RESULTADOS

Considerou-se como salário a soma de todos os rendimentos do trabalho.⁶ Foram considerados os indivíduos em três níveis: Brasil, Sudeste e Minas Gerais, para que seja possível a comparação, eliminando da amostra aqueles que não declararam rendimento, horas de trabalho, idade, raça e escolaridade.

A simples análise dos salários médios demonstra de certa forma a desigualdade Brasileira no aspecto regional, mas não devemos esquecer que a média esconde seus aspectos determinantes como desigualdades educacionais. A tabela 1 abaixo expõe tais dados:

TABELA 1 - Salário Médio Brasil, Sudeste e Minas para os anos de 1995, 1999 e de 2002 a 2006

Ano	Brasil	Sudeste	Minas
1995	441,67	532,01	378,88
1999	529,59	630,10	435,30
2002	641,11	762,92	545,60
2003	695,10	819,09	584,63
2004	733,54	845,96	641,86
2005	805,25	936,69	695,59
2006	887,84	1.030,06	798,76

Fonte: Elaboração dos autores. PNAD's 1995, 1999, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006.

Pode-se observar que comparativamente ao Brasil e a Minas Gerais o Sudeste apresenta em todo o período de análise uma média salarial maior. Dessa forma pode-se dizer que Minas estaria “puxando” para baixo a média salarial da região Sudeste, bem como o Sudeste estaria contribuindo para aumentar a média salarial Brasileira, o que é reafirmado pelos grandes desvios padrões encontrados para o salário. Observamos ainda que o salário médio em Minas era, em 1995, cerca de 15% menor que o Brasileiro, diferença que caiu, em 2006 ainda era por volta de 10% menor. Quanto ao Sudeste este apresentou um salário médio 20% acima do Brasileiro em 1995, caindo para 16% em 2006. O diferencial de salários médios entre Sudeste e Minas era de 29% no início do período, diminuindo para cerca de 22% em 2006.

A média salarial é apenas um dos aspectos que caracterizam a distribuição de

⁶ Ressalta-se que em todos os cálculos foi considerado o indivíduo de referência ponderado pela variável peso do indivíduo na amostra, usando a função *fweight* do STATA.

rendimentos e neste trabalho estamos mais preocupados com o momento de segunda ordem, que diz respeito à desigualdade de rendimentos, destacando os fatores que a determinam, como região de moradia, gênero, raça e nível educacional, conforme destacado na literatura.

A partir da análise do salário médio de sub-grupos da população nota-se que o meio rural tem em média um salário inferior ao urbano, em todas as localidades, sugerindo assim que este diferencial contribua para a disparidade de renda Brasileira. Da mesma forma os homens, os brancos, pessoas com maior nível de educação têm maiores rendimentos médios. Vale salientar aqui que esta análise é superficial e não leva em consideração a diferença de aptidões mais necessárias em cada uma das áreas, tão pouco o nível tecnológico e custo de vida. Contudo, entender como essas diferenças nos momentos de primeira ordem da distribuição de renda dos sub-grupos interferem no momento de segunda ordem da distribuição total nos fornece muita informação de como direcionar a política pública.

4.1 A decomposição da disparidade de renda

O índice de disparidade Theil-T, como já destacado, tem como uma de suas principais vantagens o fato de poder ser decomposto aditivamente. Nesta sessão será adotada metodologia de decomposição em cinco níveis, conforme apresentado na sessão anterior, para Brasil, Sudeste e Minas Gerais, para os anos de 1995, 1999 e 2002 a 2006, permitindo-nos uma análise comparativa no tempo e espaço.

Primeiramente considerou-se o valor deste índice para o período analisado, o que pode ser observado na Tabela 2, a seguir. A análise mostra que a desigualdade se encontra em patamar elevado, embora em queda, para todas as localidades. A desigualdade brasileira caiu no período 11,39%, sendo maior parte entre 1995 e 1999, 7,68%. A desigualdade mineira se mostra ainda maior no ano de 1995, estando no início do período acima da desigualdade brasileira, mas apresentou uma queda significativa, cerca de 20,6%, quase o dobro da queda da desigualdade a nível nacional. A maior queda de desigualdade mineira também ocorreu de 1995 para 1999, 15%. A desigualdade no Sudeste se mostra durante todo o período a menor entre as três, sendo que a primeira e a segunda no ranking são em 1995 Minas, seguida do Brasil, que invertem os papéis ao final do período.

TABELA 2 - Índice Theil-T de distribuição de renda para o Brasil, Sudeste e Minas nos anos de 1995, 1999 e de 2002 a 2006

Ano	Brasil	Sudeste	Minas
1995	0,6798	0,6185	0,7154
1999	0,6276	0,5485	0,6069
2002	0,6385	0,5821	0,6069
2003	0,6183	0,5686	0,5968
2004	0,6103	0,5478	0,5962
2005	0,6094	0,5659	0,5594
2006	0,6024	0,5625	0,5680

Fonte: Elaboração dos autores. PNAD's 1995, 1999, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006.

A desigualdade no Sudeste esta abaixo da desigualdade mineira cerca de 13,54%, em 1995, sendo que em 2006 esta diferença cai para 0,97%. A queda de desigualdade no Sudeste foi de 9%, bem abaixo da observada para Minas Gerais. O período com maior queda de desigualdade também foi o de 1995 a 1999, 11,32%. Observe que apesar da queda no período como um todo em 2002 a desigualdade para o Sudeste apresentou um aumento, como o observado para o Brasil, apesar de serem em patamares diferentes.

A disparidade nas áreas urbana e rural também estiveram em queda no período, estas podem ser observadas na tabela 3 a seguir, donde pode-se constatar que o meio urbano tende a ser mais desigual que o rural em praticamente todo o período analisado nas localidades.

TABELA 3 - Índice Theil-T nas áreas rural e urbana para o Brasil, Sudeste e Minas nos anos de 1995, 1999 e de 2002 a 2006

Ano	Brasil		Sudeste		Minas	
	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano
1995	0,5943	0,6496	0,5156	0,6042	0,5950	0,7001
1999	0,6085	0,5978	0,5280	0,5337	0,3478	0,5986
2002	0,5149	0,6199	0,4384	0,5735	0,4576	0,5932
2003	0,5744	0,6000	0,5295	0,5599	0,5679	0,5844
2004	0,5504	0,5946	0,5287	0,5394	0,6011	0,5810
2005	0,4986	0,5950	0,4407	0,5603	0,3844	0,5519
2006	0,4949	0,5884	0,4422	0,5577	0,4511	0,5607

Fonte: Elaboração dos autores. PNAD's 1995, 1999, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006.

No meio rural e urbano pode-se observar a mesma tendência: o menos desigual em todo o período é o Sudeste, Minas é o mais desigual ao início do período e ao final o Brasil toma este lugar. A desigualdade urbana mineira está acima da desigualdade brasileira em 1995, 7,77%, já em 1999 está apenas 0,1% e em 2002 já está abaixo da desigualdade urbana brasileira 4,3%, enquanto a desigualdade brasileira aumentou a desigualdade mineira continuou a queda, ao fim do período a desigualdade urbana mineira se encontrava 4,7% abaixo da desigualdade urbana brasileira. A desigualdade urbana no sudeste se encontra abaixo da desigualdade urbana brasileira em 1995 em 7%, e abaixo da mineira em 13,7%, chegando em 2006 abaixo da desigualdade brasileira urbana 5,21% e mineira 0,5%.

Quanto à desigualdade rural mineira é praticamente igual a brasileira em 1995, mas chega em 2006 8,85% abaixo da brasileira, apresentando certas instabilidades no período, talvez devido ao tamanho da amostra rural ser bem inferior. O Sudeste esta abaixo da desigualdade brasileira e mineira rurais em 1995, cerca de 13%, já em 2006 10,64% abaixo da brasileira e 2% da mineira.

Para os dados agregados do Brasil, observa-se que a queda da desigualdade rural foi maior que a desigualdade urbana: queda de 16,73% e 9,42%, respectivamente. A desigualdade rural está ligeiramente acima da urbana apenas no ano de 1999, sendo menor nos demais anos, chegando a ser 19% menor em 2006. Para o Sudeste a desigualdade rural apresentou uma queda de 14,23%, enquanto a desigualdade urbana caiu apenas 7,7%. Em Minas Gerais constatou-se que, a despeito do aumento da desigualdade salarial no meio rural entre 2002 e 2004, esta caiu 24,18% no período, enquanto a desigualdade urbana teve baixa de quase 20%, o que explica a troca de lugar com o Brasil no que diz respeito ao mais desigual. Além disso, a desigualdade rural só foi maior que a desigualdade urbana em 2004.

Nesta parte do trabalho já é possível, a partir da metodologia explicitada, observar pela decomposição em dois níveis do índice de Theil-T a contribuição da diferença de área de moradia na disparidade de renda, conforme exposto na tabela 4, abaixo. O fator de separação dos grupos, ou seja, a diferença da área de moradia é maior a nível nacional proporcionalmente à desigualdade total, seguido por Minas Gerais. Para o Brasil, este componente, T_{BRU} , era responsável em 1995 por 5,09% da desigualdade total, sendo responsável por 4,6% em 1999, 3,89% em 2002, 3,24% em 2003, 3,12% em 2004, 3,5% em 2005, 3,4% em 2006. Portanto, a contribuição do componente inter-rural/urbano é pequena e em queda no período.

Já no Sudeste o componente inter-rural/urbano representa em 1995, 2,99% da desigualdade, caindo em 1999 para 2,76%, em 2002 para 2,21%, em 2003 para 1,72% e em 2004 para 1,61%, tendo um pequeno aumento em 2005 para 1,79% e voltando a cair em 2006 para o patamar de 2004, 1,61%. Novamente uma pequena participação para explicar a desigualdade agregada e uma queda de 46,15% no período.

Para Minas Gerais observa-se uma representatividade deste componente de 3,84% em 1995, 5,5% em 1999, 3,65% em 2002, 2,27% em 2003, 2,28% em 2004, 3,37% em 2005 e

2,66% em 2006. Apesar da instabilidade para Minas Gerais pode-se observar que houve uma queda do componente no período de 30,73%.

TABELA 4 - Decomposição do índice Theil-T em componentes de desigualdade Intra-rural/urbano e inter-rural/urbano (dois níveis) para o Brasil, Sudeste e Minas nos anos de 1995, 1999 e de 2002 a 2006

Ano	Componente	Brasil	Sudeste	Minas
1995	T _{WRU}	0,6452	0,6000	0,6879
	T _{BRU}	0,0346	0,0185	0,0275
1999	T _{WRU}	0,5988	0,5334	0,5735
	T _{BRU}	0,0289	0,0151	0,0334
2002	T _{WRU}	0,6137	0,5692	0,5847
	T _{BRU}	0,0248	0,0128	0,0222
2003	T _{WRU}	0,5983	0,5588	0,5832
	T _{BRU}	0,0200	0,0098	0,0136
2004	T _{WRU}	0,5913	0,5390	0,5826
	T _{BRU}	0,0190	0,0088	0,0136
2005	T _{WRU}	0,5880	0,5558	0,5406
	T _{BRU}	0,0213	0,0101	0,0188
2006	T _{WRU}	0,5820	0,5535	0,5528
	T _{BRU}	0,0205	0,0090	0,0151

Fonte: Elaboração dos autores. PNAD's 1995, 1999, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006.

Obs.: T_{BRU} = Theil inter-rural/urbano; T_{WRU} = Theil intra-rural/urbano

Outro fator aqui levantado como influenciador da desigualdade de renda salarial é o gênero. A desigualdade de renda para os sexos nas localidades, para as áreas rural e urbana estão demonstradas na tabela 5, a seguir.

TABELA 5 - Índice Theil-T nos gêneros em cada área para o Brasil, T_{ii} Sudeste e Minas nos anos de 1995, 1999 e de 2002 a 2006

Ano	Brasil				Sudeste				Minas			
	RURAL		URBANO		RURAL		URBANO		RURAL		URBANO	
	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem
1995	0,6537	0,5565	0,5892	0,6306	0,3834	0,5072	0,5312	0,5875	0,3886	0,5828	0,5851	0,6909
1999	0,6321	0,5858	0,5723	0,5804	0,4594	0,5256	0,5093	0,5169	0,3059	0,3366	0,5594	0,5816
2002	0,4517	0,5110	0,5782	0,6130	0,4085	0,4315	0,5306	0,5654	0,3838	0,4406	0,5859	0,5655
2003	0,4355	0,5818	0,5482	0,5974	0,3628	0,5427	0,5084	0,5543	0,3954	0,5628	0,5246	0,5806
2004	0,4560	0,5492	0,5375	0,5942	0,3962	0,5411	0,4903	0,5323	0,3700	0,6086	0,5348	0,5664
2005	0,4453	0,4933	0,5499	0,5917	0,3315	0,4518	0,5356	0,5282	0,3447	0,3733	0,5356	0,5282
2006	0,4587	0,4919	0,5603	0,5773	0,2840	0,4699	0,5178	0,5469	0,3286	0,4581	0,5097	0,5510

Fonte: Elaboração dos autores. PNAD's 1995, 1999, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006.

Pode-se notar que a desigualdade entre as mulheres é menor com poucas exceções como em 1995 e 1999 para o Brasil a nível rural. Percebe-se ainda que a queda de desigualdade no período é aspecto comum independente da área de moradia e localidade observada. As mulheres e homens na área rural têm desigualdade salarial menor que as mulheres e homens na área urbana, e ainda que do início ao fim do período para mulheres no meio rural a desigualdade é menor para o Sudeste, seguido de Minas Gerais, que não chegam em nenhum momento a serem mais desiguais que o Brasil, porém trocam de posição no decorrer do período de análise. Quanto ao meio urbano, as mulheres são mais desiguais a nível brasileiro e os homens a nível mineiro no início do período, e ao fim do período invertem a posição, ficando o Brasil como mais desigual nos dois gêneros. O Sudeste apresenta-se novamente com os menores índices de disparidade.

Dentro de cada área é possível observarmos o componente de desigualdade causado

peelo diferencial de gêneros. Observe na tabela 6, a seguir, os dados correspondentes a esta decomposição do índice de Theil-T realizado para as áreas.

TABELA 6 – Decomposição do Theil-T por área (rural – urbano) em desigualdade intra e inter-gêneros para o Brasil, Sudeste e Minas nos anos de 1995, 1999 e de 2002 a 2006

Ano	Componente	Brasil		Sudeste		Minas	
		Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano
1995	T _{WGi}	0,5713	0,6191	0,4897	0,5721	0,5593	0,6632
	T _{BGi}	0,0230	0,0304	0,0259	0,0321	0,0357	0,0369
	T _i	0,5943	0,6496	0,5156	0,6042	0,5950	0,7001
1999	T _{WGi}	0,5943	0,5779	0,5141	0,5146	0,3319	0,5751
	T _{BGi}	0,0142	0,0199	0,0139	0,0191	0,0159	0,0235
	T _i	0,6085	0,5978	0,5280	0,5337	0,3478	0,5986
2002	T _{WGi}	0,5009	0,6018	0,4271	0,5541	0,4333	0,5720
	T _{BGi}	0,0140	0,0182	0,0113	0,0194	0,0243	0,0212
	T _i	0,5149	0,6199	0,4384	0,5735	0,4576	0,5932
2003	T _{WGi}	0,5576	0,5814	0,5115	0,5394	0,5418	0,5625
	T _{BGi}	0,0168	0,0185	0,0180	0,0206	0,0260	0,0220
	T _i	0,5744	0,6000	0,5295	0,5599	0,5679	0,5844
2004	T _{WGi}	0,5331	0,5755	0,5122	0,5184	0,5747	0,5562
	T _{BGi}	0,0173	0,0191	0,0164	0,0210	0,0264	0,0248
	T _i	0,5504	0,5946	0,5287	0,5394	0,6011	0,5810
2005	T _{WGi}	0,4845	0,5777	0,4274	0,5307	0,3689	0,5306
	T _{BGi}	0,0140	0,0173	0,0133	0,0193	0,0154	0,0213
	T _i	0,4986	0,5950	0,4407	0,5499	0,3844	0,5519
2006	T _{WGi}	0,4855	0,5715	0,4309	0,5370	0,4376	0,5373
	T _{BGi}	0,0094	0,0169	0,0113	0,0206	0,0135	0,0234
	T _i	0,4949	0,5884	0,4422	0,5577	0,4511	0,5607

Fonte: Elaboração dos autores. PNAD's 1995, 1999, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006.

Obs.: T_{WG} = Theil intra-gênero; T_{BG} = Theil inter-gênero.

Pode-se observar que o diferencial de gêneros explica, para o Brasil na área rural, entre 1,5% e 4%, tendo uma queda no período de 1,91 pontos percentuais, para o Sudeste entre 2,5% e 5%, tendo uma queda de 2,46 pontos percentuais e para Minas entre 2,5% e 6%, caindo sua representatividade em 3 pontos percentuais, apresentado assim queda em todas as localidades, sendo a maior queda em Minas Gerais. Para a área urbana observamos, para o Brasil, que este componente se encontra entre 2,87% e 4,68% da desigualdade apresentado queda no período de 1,81 pontos percentuais, para o Sudeste esta entre 3,5 e 5,31% caindo 1,61 pontos percentuais no período, e para Minas observamos este componente para a desigualdade urbana entre 3,58% e 5,27%, tendo uma queda no período de 1,1 pontos percentuais. Dessa forma nas áreas o componente de desigualdade determinado pela diferença entre gêneros teve queda maior na área rural em Minas Gerais e na área urbana a nível Brasileiro.

A partir desta decomposição seguimos com a ponderação destes índices pela proporção de renda total apropriada por cada área e conseguimos a decomposição do índice Theil-T como um todo, como descrito na metodologia. Na tabela 7 está apresentada a decomposição do índice Theil-T de cada localidade em três níveis. A partir dela nota-se que o diferencial de gêneros representa a nível Brasileiro 4,39% em 1995, 3,09% em 1999, 2,81% em 2002, 2,98% em 2003, 3,1% em 2004, 2,8% em 2005, 2,72% em 2006, uma queda de 38%, ou 1,67 pontos percentuais no período.

Já no Sudeste constata-se a seguinte evolução dos percentuais de representatividade: 5,14% em 1995, 3,44% em 1999, 3,29% em 2002, 3,61% em 2003, 3,8% em 2004, 3,42% em 2005, 3,61% em 2006. Uma queda deste componente para o Sudeste de 29,77%.

TABELA 7 - Decomposição Theil-T em 3 níveis de desigualdade: inter-rural/urbano, intra e inter-gêneros para o Brasil, Sudeste e Minas nos anos de 1995, 1999 e de 2002 a 2006

Ano	Componente	Brasil	Sudeste	Minas	Ano	Componente	Brasil	Sudeste	Minas
1995	T _{WG}	0,62	0,57	0,65	2004	T _{WG}	0,57	0,52	0,56
	T _{BG}	0,03	0,03	0,04		T _{BG}	0,02	0,02	0,02
	T _{BRU}	0,03	0,02	0,03		T _{BRU}	0,02	0,01	0,01
	Theil-T	0,68	0,62	0,72		Theil-T	0,61	0,55	0,60
1999	T _{WG}	0,58	0,51	0,55	2005	T _{WG}	0,57	0,53	0,52
	T _{BG}	0,02	0,02	0,02		T _{BG}	0,02	0,02	0,02
	T _{BRU}	0,03	0,02	0,03		T _{BRU}	0,02	0,01	0,02
	Theil-T	0,63	0,55	0,61		Theil-T	0,61	0,56	0,56
2002	T _{WG}	0,60	0,55	0,56	2006	T _{WG}	0,57	0,53	0,53
	T _{BG}	0,02	0,02	0,02		T _{BG}	0,02	0,02	0,02
	T _{BRU}	0,02	0,01	0,02		T _{BRU}	0,02	0,01	0,02
	Theil-T	0,64	0,58	0,61		Theil-T	0,60	0,56	0,57
2003	T _{WG}	0,58	0,54	0,56	Fonte: Elaboração dos autores. PNAD's 1995, 1999, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006.				
	T _{BG}	0,02	0,02	0,02	Obs.: T _{WG} = Theil intra-gênero/ T _{BG} = Theil inter-gênero; T _{BRU} = Theil intra-rural/urbano.				
	T _{BRU}	0,02	0,01	0,01					
	Theil-T	0,62	0,57	0,60					

TABELA 8 - Índice Theil-T de desigualdade dentro das áreas para cada gênero e divisão racial para o Brasil, Sudeste e Minas nos anos de 1995, 1999 e de 2002 a 2006

Anos	RURAL				URBANO			
	MULHER		HOMEM		MULHER		HOMEM	
	Não brancos	Branco	Não brancos	Branco	Não brancos	Branco	Não brancos	Branco
Brasil								
1995	0,6620	0,5852	0,4974	0,5280	0,5322	0,5581	0,5302	0,6038
1999	0,5601	0,6215	0,4319	0,6074	0,4808	0,5508	0,4788	0,5558
2002	0,3812	0,4390	0,3568	0,5373	0,4748	0,5633	0,4966	0,5972
2003	0,3507	0,4104	0,3500	0,6237	0,4816	0,5244	0,4638	0,5845
2004	0,4029	0,4466	0,4202	0,5832	0,4753	0,5168	0,4971	0,5788
2005	0,4340	0,4215	0,4003	0,5228	0,4389	0,5470	0,4742	0,5894
2006	0,3998	0,4477	0,3821	0,5271	0,4380	0,5635	0,4607	0,5725
Sudeste								
1995	0,3016	0,4138	0,4377	0,5007	0,4385	0,5244	0,4428	0,5844
1999	0,2934	0,4890	0,3248	0,5639	0,4103	0,4996	0,3945	0,5130
2002	0,2901	0,4343	0,2951	0,4698	0,3973	0,5294	0,4205	0,5655
2003	0,2504	0,3873	0,3601	0,6007	0,4184	0,4990	0,3933	0,5559
2004	0,3528	0,3962	0,2969	0,6236	0,3895	0,4862	0,4094	0,5354
2005	0,2574	0,3765	0,3139	0,5065	0,3791	0,5309	0,4122	0,5602
2006	0,2145	0,3095	0,4375	0,4681	0,3496	0,5305	0,3866	0,5595
Minas								
1995	0,2708	0,4580	0,4794	0,5875	0,4633	0,5802	0,5785	0,6854
1999	0,2290	0,3465	0,2835	0,3566	0,4451	0,5630	0,4491	0,5887
2002	0,2557	0,4315	0,2873	0,5328	0,3958	0,6234	0,4334	0,5816
2003	0,3071	0,4298	0,3600	0,6492	0,4135	0,5308	0,4293	0,6082
2004	0,2264	0,4713	0,3353	0,7627	0,3596	0,5575	0,4540	0,5732
2005	0,2541	0,4197	0,2922	0,4365	0,3594	0,5775	0,3852	0,5674
2006	0,2124	0,3938	0,2407	0,6123	0,3509	0,5434	0,4430	0,5639

Fonte: Elaboração dos autores. PNAD's 1995, 1999, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006.

Para Minas gerais temos o componente de desigualdade causado pelo diferencial de gêneros é responsável por 5,14 % em 1995, 3,75% em 1999, 3,53% em 2002, 3,73% em 2003, 4,18% em 2004, 3,74% em 2005, 3,99% em 2006. Observa-se uma queda até 2002 de 31,32% e a partir daí observamos um aumento na representatividade o faz com que a queda

deste fator seja menor, sendo de 22,37% considerando o período como um todo. Este fato levantado para Minas é o que ocorre com as demais localidades, observe que a queda seria muito maior caso a representatividade deste componente não tivesse aumentado após 2002.

Seguindo este raciocínio, a próxima decomposição é realizada por raça. A princípio observemos o quão desigual é cada grupo racial dentro de cada gênero, o que está demonstrado na tabela 8. De forma geral, a desigualdade caiu em todos os grupos e o grupo de pessoas brancas apresenta uma desigualdade maior independente da área e sexo. Na área rural a nível Brasileiro as mulheres não brancas apresentam desigualdade maior que a dos homens, o que não é observado para o Sudeste e para Minas. Já no meio urbano é possível ver a predominância de maior desigualdade no grupo masculino branco.

Após observado os diferenciais de desigualdades entre as raças nos gêneros e áreas podemos fazer a decomposição destes índices em componentes de desigualdade intra e inter-racial, para cada gênero. A tabela 9 traz estas informações onde podemos notar que dentro de cada área este componente representa uma boa parte da desigualdade.

TABELA 9 - Decomposição do índice Theil-T das áreas e gêneros em desigualdade intra e inter racial para o Brasil, Sudeste e Minas nos anos de 1995, 1999 e de 2002 a 2006

Ano	Componente	Brasil				Sudeste				Minas			
		RURAL		URBANO		RURAL		URBANO		RURAL		URBANO	
		Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem
1995	T _{wril}	0,618	0,516	0,551	0,584	0,375	0,481	0,505	0,554	0,380	0,547	0,548	0,652
	T _{bril}	0,036	0,041	0,038	0,047	0,008	0,026	0,026	0,034	0,008	0,036	0,038	0,039
	Tb _{wril} /T _{il}	5,5%	7,3%	6,5%	7,4%	2,2%	5,2%	4,9%	5,7%	2,1%	6,1%	6,4%	5,6%
1999	T _{wril}	0,597	0,539	0,532	0,534	0,427	0,488	0,480	0,485	0,287	0,321	0,528	0,547
	T _{bril}	0,035	0,047	0,040	0,046	0,032	0,037	0,029	0,032	0,019	0,015	0,031	0,035
	Tb _{wril} /T _{il}	5,6%	8,0%	7,0%	7,9%	7,0%	7,1%	5,7%	6,1%	6,2%	4,5%	5,6%	6,0%
2002	T _{wril}	0,415	0,465	0,539	0,567	0,386	0,409	0,499	0,530	0,352	0,416	0,551	0,530
	T _{bril}	0,037	0,046	0,040	0,046	0,023	0,023	0,032	0,035	0,032	0,025	0,035	0,035
	Tb _{wril} /T _{il}	8,1%	9,1%	6,9%	7,5%	5,6%	5,3%	6,0%	6,2%	8,4%	5,6%	6,0%	6,3%
2003	T _{wril}	0,387	0,517	0,512	0,548	0,343	0,519	0,479	0,516	0,374	0,529	0,491	0,542
	T _{bril}	0,049	0,065	0,036	0,049	0,020	0,024	0,029	0,038	0,021	0,034	0,034	0,038
	Tb _{wril} /T _{il}	11,2%	11,1%	6,6%	8,2%	5,5%	4,4%	5,7%	6,9%	5,3%	6,1%	6,5%	6,6%
2004	T _{wril}	0,427	0,511	0,504	0,553	0,380	0,508	0,461	0,502	0,351	0,567	0,490	0,529
	T _{bril}	0,029	0,039	0,033	0,041	0,016	0,033	0,029	0,030	0,019	0,041	0,045	0,037
	Tb _{wril} /T _{il}	6,3%	7,0%	6,2%	7,0%	4,0%	6,1%	5,9%	5,7%	5,2%	6,8%	8,4%	6,6%
2005	T _{wril}	0,428	0,463	0,513	0,551	0,327	0,430	0,490	0,518	0,335	0,358	0,499	0,495
	T _{bril}	0,018	0,030	0,037	0,041	0,005	0,022	0,033	0,033	0,009	0,015	0,037	0,033
	Tb _{wril} /T _{il}	4,0%	6,1%	6,7%	6,9%	1,4%	4,9%	6,3%	5,9%	2,7%	4,1%	6,9%	6,3%
2006	T _{wril}	0,427	0,457	0,524	0,535	0,274	0,455	0,483	0,511	0,310	0,426	0,474	0,517
	T _{bril}	0,032	0,035	0,036	0,042	0,010	0,015	0,035	0,036	0,018	0,032	0,036	0,034
	Tb _{wril} /T _{il}	6,9%	7,0%	6,5%	7,3%	3,5%	3,2%	6,7%	6,5%	5,6%	7,0%	7,1%	6,2%

Fonte: Elaboração dos autores. PNAD's 1995, 1999, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006.

Na área rural, para o Brasil, o componente de desigualdade inter-racial chega a representar 11,2% da desigualdade do grupo de mulheres, no ano de 2003, e percentual praticamente igual para homens no mesmo ano. Na área rural, para mulheres, houve um aumento da representatividade deste componente no período de análise, passando de 5,5% em 1995 para 6,9% em 2006, um aumento de 25% nesses 11 anos, enquanto que para os homens, apesar do aumento no meio do período, este componente ainda cai no período como um todo em 4%.

Para as mulheres no meio urbano, para o Brasil, o índice permaneceu com a mesma

representatividade no período, por volta dos 6,5% da desigualdade do grupo, enquanto caiu para os homens ficando por volta dos 7,4% iniciais.

Ponderando os componentes intra e inter-raciais pela proporção de renda apropriada pelo gênero l na área i , como descrito na metodologia do trabalho, obtém-se a decomposição dos índices de disparidades de renda nas localidades. A tabela 10 mostra a decomposição do índice Theil-T em 4 níveis: desigualdade inter-rural/urbano, inter-gêneros, intra e inter-raciais. Verifica-se que a desigualdade causada pelo fator de discriminação de raça teve aumento para todas as localidades no período de análise, com alguns picos no decorrer do período.

TABELA 10 - Decomposição em quatro níveis: desigualdade inter rural-urbano, inter gêneros, inter e intra racial para o Brasil, Sudeste e Minas nos anos de 1995, 1999 e de 2002 a 2006

Ano	Componente	Brasil	Sudeste	Minas
1995	TWR	0,5713	0,5371	0,6135
	TBR	0,0441	0,0311	0,0377
	TBG	0,0298	0,0318	0,0368
	TBRU	0,0346	0,0185	0,0275
	T-Theil	0,6798	0,6185	0,7154
1999	TWR	0,5351	0,4835	0,5186
	TBR	0,0443	0,0311	0,0321
	TBG	0,0194	0,0189	0,0228
	TBRU	0,0289	0,0151	0,0334
	T-Theil	0,6276	0,5485	0,6069
2002	TWR	0,5519	0,5164	0,5286
	TBR	0,0438	0,0336	0,0347
	TBG	0,0179	0,0192	0,0214
	TBRU	0,0248	0,0128	0,0222
	T-Theil	0,6385	0,5821	0,6069
2003	TWR	0,5337	0,5036	0,5245
	TBR	0,0462	0,0347	0,0365
	TBG	0,0184	0,0205	0,0223
	TBRU	0,0200	0,0098	0,0136
	T-Theil	0,6183	0,5686	0,5968
2004	TWR	0,5338	0,4882	0,5181
	TBR	0,0386	0,0299	0,0396
	TBG	0,0189	0,0208	0,0249
	TBRU	0,0190	0,0088	0,0136
	T-Theil	0,6103	0,5478	0,5962
2005	TWR	0,5325	0,5046	0,4866
	TBR	0,0385	0,0322	0,0330
	TBG	0,0171	0,0190	0,0209
	TBRU	0,0213	0,0101	0,0188
	T-Theil	0,6094	0,5659	0,5594
2006	TWR	0,5258	0,4986	0,4955
	TBR	0,0398	0,0346	0,0346
	TBG	0,0164	0,0203	0,0227
	TBRU	0,0205	0,0090	0,0151
	T-Theil	0,6024	0,5625	0,5680

Fonte: Elaboração dos autores. PNAD's 1995, 1999, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006.

Obs.: T_{WR} = Theil intra-racial; T_{BR} = Theil inter-racial; T_{BG} = Theil inter-gênero; T_{BRU} = Theil inter-rural/urbano.

Para o Brasil o componente da desigualdade causado pela diferença racial representava, em 1995, 6,49%, passando para 6,61% em 2006, um aumento de 1,84% no período. No Sudeste passou de 5,04% em 1995 para 6,15% em 2006, ou seja, um aumento de 22% no período. Já para Minas Gerais podemos observar este componente como 5,27% da desigualdade mineira em 1995 e 6,1% em 2006.

Assim pode-se notar que o componente inter-racial aumentou em todas as localidades e apesar do Brasil apresentar maior representatividade do componente inter racial no período, o maior aumento deste componente ocorreu para Minas Gerais, que passou a ter a desigualdade em proporção maior representada pela diferença de renda devido ao diferencial racial.

A última decomposição proposta é a em cinco níveis, onde são agregados os fatores inter e intra-nível de escolaridade, salientando a importância da educação em sua influência sobre a distribuição de renda. Na tabela 11 está descrita a decomposição em cinco níveis. O gráfico 1 reporta as informações para os anos de 1995 e 2006.

Ao início do período analisado o Brasil se mostrava como tendo o componente inter-grupos educacionais explicando 30,5% de sua desigualdade, tendo um pico, também como o Sudeste, no ano de 2002. A partir de então esteve em queda chegando a 2006 no nível de 29,4%, uma queda tendo em vista 1995 de 3,6% neste componente.

TABELA 11 - Decomposição em cinco níveis: desigualdade inter rural-urbano, inter gêneros, inter racial e inter e intra níveis educacionais para o Brasil, Sudeste e Minas – 1995, 1999 e de 2002 a 2006

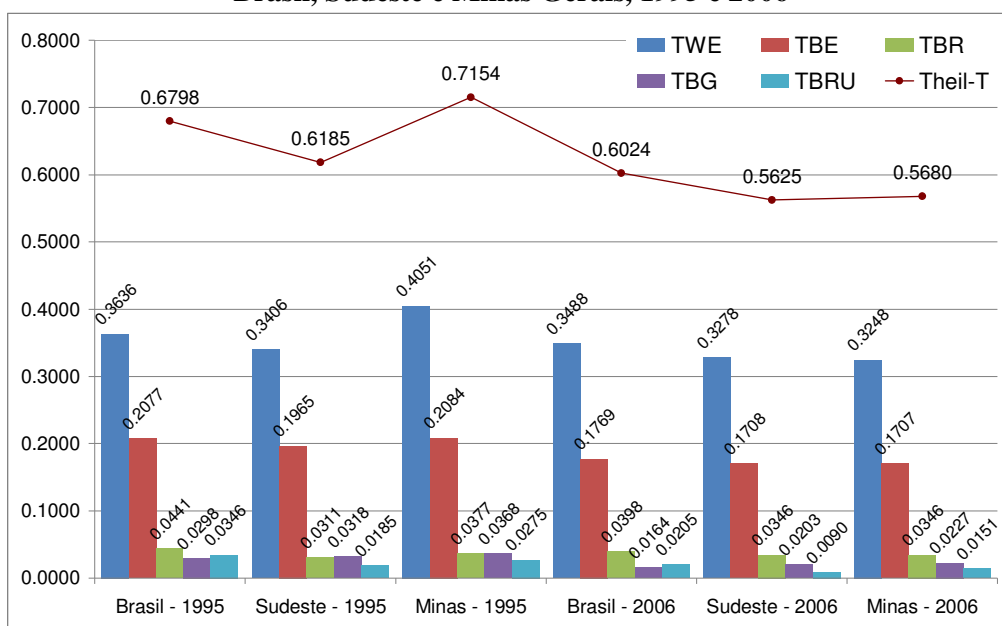
Ano	Componente	Brasil		Sudeste		Minas	
1995	T _{WE}	0,3636	(53,48%)	0,3406	(55,07%)	0,4051	(56,62%)
	T _{BE}	0,2077	(30,55%)	0,1965	(31,77%)	0,2084	(29,13%)
	T _{BR}	0,0441	(6,49%)	0,0311	(5,04%)	0,0377	(5,27%)
	T _{BG}	0,0298	(4,39%)	0,0318	(5,14%)	0,0368	(5,14%)
	T _{BRU}	0,0346	(5,09%)	0,0185	(2,99%)	0,0275	(3,84%)
	Theil-T	0,6798	(100%)	0,6185	(100%)	0,7154	(100%)
1999	T _{WE}	0,3345	(53,30%)	0,3005	(54,78%)	0,3246	(53,50%)
	T _{BE}	0,2005	(31,95%)	0,1830	(33,36%)	0,1939	(31,95%)
	T _{BR}	0,0443	(7,06%)	0,0311	(5,67%)	0,0321	(5,29%)
	T _{BG}	0,0194	(3,09%)	0,0189	(3,44%)	0,0228	(3,75%)
	T _{BRU}	0,0289	(4,60%)	0,0151	(2,76%)	0,0334	(5,50%)
	Theil-T	0,6276	(100%)	0,5485	(100%)	0,6069	(100%)
2002	T _{WE}	0,3459	(54,18%)	0,3145	(54,03%)	0,3399	(56,00%)
	T _{BE}	0,2060	(32,26%)	0,2019	(34,69%)	0,1888	(31,11%)
	T _{BR}	0,0438	(6,87%)	0,0336	(5,78%)	0,0347	(5,71%)
	T _{BG}	0,0179	(2,81%)	0,0192	(3,29%)	0,0214	(3,53%)
	T _{BRU}	0,0248	(3,89%)	0,0128	(2,21%)	0,0222	(3,65%)
	Theil-T	0,6385	(100%)	0,5821	(100%)	0,6069	(100%)
2003	T _{WE}	0,3421	(55,33%)	0,3169	(55,73%)	0,3443	(57,70%)
	T _{BE}	0,1916	(30,98%)	0,1867	(32,84%)	0,1801	(30,18%)
	T _{BR}	0,0462	(7,47%)	0,0347	(6,10%)	0,0365	(6,12%)
	T _{BG}	0,0184	(2,98%)	0,0205	(3,61%)	0,0223	(3,73%)
	T _{BRU}	0,0200	(3,24%)	0,0098	(1,72%)	0,0136	(2,27%)
	Theil-T	0,6183	(100%)	0,5686	(100%)	0,5968	(100%)
2004	T _{WE}	0,3438	(56,33%)	0,3088	(56,36%)	0,3528	(59,18%)
	T _{BE}	0,1900	(31,12%)	0,1795	(32,76%)	0,1653	(27,72%)
	T _{BR}	0,0386	(6,32%)	0,0299	(5,46%)	0,0396	(6,64%)
	T _{BG}	0,0189	(3,10%)	0,0208	(3,80%)	0,0249	(4,18%)
	T _{BRU}	0,0190	(3,12%)	0,0088	(1,61%)	0,0136	(2,28%)
	Theil-T	0,6103	(100%)	0,5478	(100%)	0,5962	(100%)
2005	T _{WE}	0,3473	(57,00%)	0,3258	(57,57%)	0,3175	(56,75%)
	T _{BE}	0,1851	(30,38%)	0,1788	(31,59%)	0,1691	(30,23%)
	T _{BR}	0,0385	(6,32%)	0,0322	(5,68%)	0,0330	(5,91%)
	T _{BG}	0,0171	(2,80%)	0,0190	(3,36%)	0,0209	(3,74%)
	T _{BRU}	0,0213	(3,50%)	0,0101	(1,79%)	0,0188	(3,37%)
	Theil-T	0,6094	(100%)	0,5659	(100%)	0,5594	(100%)
2006	T _{WE}	0,3488	(57,90%)	0,3278	(58,27%)	0,3248	(57,18%)
	T _{BE}	0,1769	(29,37%)	0,1708	(30,36%)	0,1707	(30,06%)
	T _{BR}	0,0398	(6,61%)	0,0346	(6,15%)	0,0346	(6,10%)
	T _{BG}	0,0164	(2,72%)	0,0203	(3,61%)	0,0227	(3,99%)
	T _{BRU}	0,0205	(3,40%)	0,0090	(1,61%)	0,0151	(2,66%)
	Theil-T	0,6024	(100%)	0,5625	(100%)	0,5680	(100%)

Fonte: Elaboração dos autores. PNAD's 1995,1999, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006.

Minas Gerais, dentre as localidades estudadas, apresenta característica diferente do Brasil e Sudeste. Minas Gerais teve a maior representatividade do fator inter-grupos educacionais em 1999, com 32%, e ao contrário das outras localidades apresentou um aumento no período como um todo do componente, um aumento de 3,44%.

O diferencial entre níveis educacionais é o fator mais importante dentre os estudados para a desigualdade de renda para todas as agregações regionais analisadas. O Sudeste é a localidade em que as desigualdades intra-grupo educacional explica em maior proporção a desigualdade, ocorrendo um pico em 2002 com 34,7% da desigualdade, apresentando uma queda até 2006.

**Gráfico 1 – Decomposição 5 níveis do índice de Theil-T
Brasil, Sudeste e Minas Gerais, 1995 e 2006**



Fonte: Elaboração dos autores. PNAD's 1995 e 2006.

Obs.: T_{WE} = Theil intra-grupo educacional; T_{BE} = Theil inter-grupo educacional; T_{BR} = Theil inter-racial; T_{BG} = Theil inter-gênero; T_{BRU} = Theil inter-rural/urbano.

Ressalta-se que o componente que se apresentou em maior proporção para explicar a desigualdade em todas as localidades foi o componente intra-grupos educacionais, seguido do componente determinado pelo diferencial de níveis de escolaridade, o fator inter-grupos educacionais, representando 30% da desigualdade. Na seqüência temos o componente de desigualdade inter-racial, representando cerca de 7% da disparidade salarial brasileira e para Sudeste e Minas Gerais entre 5 e 6% da desigualdade. O quarto componente para Sudeste e Minas Gerais é a desigualdade de gêneros representado, em média, 3,75% para o Sudeste e 4% para Minas Gerais. Para o Brasil o quarto mais importante componente é a desigualdade gerada pelo diferencial de área (rural/urbano), que representa em média 3,83% da desigualdade seguida então da desigualdade de gêneros que representa em média 3,12% da desigualdade total. Para Sudeste e Minas Gerais, o último componente é o de desigualdade inter-rural/urbana, representando em média para Sudeste 2% e para Minas 3,4%.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho procurou-se estudar a evolução da desigualdade de renda para o Brasil, Sudeste e Minas Gerais nos últimos dez anos (1995, 1999, 2002 a 2006), tendo em vista analisar a composição desta desigualdade em fatores regionais (rural/urbano), raciais, de gênero e educacionais. Para tanto, utilizou-se uma decomposição hierárquica, de 2 até 5 níveis, do índice de desigualdade Theil-T, uma extensão da metodologia de AKITA (2000).

De maneira geral a desigualdade medida pelo índice Theil-T apresentou queda no período, sendo a maior em Minas Gerais e a menor no Sudeste, que apesar disto se mostrou durante todo o período com a menor desigualdade entre as três localidades em análise. Desta queda ocorrida a maior queda foi de 1995 para 1999 em todos os níveis geográficos.

Observou-se que a desigualdade urbana é maior que a desigualdade rural. Tais desigualdades apresentaram queda no período, sendo maior em Minas Gerais, principalmente entre 1995 e 1999. Ao proceder uma decomposição em dois níveis (intra e inter-

rural/urbano), verifica-se que a maior queda do componente inter-rural/urbano foi no Sudeste, sendo a de Minas a menor. Vale salientar que a maior importância deste componente foi observado a nível brasileiro, seguido de Minas Gerais. O componente inter-rural/urbano (T_{BRU}), em 2006, explica cerca de 3,4% da desigualdade total brasileira, 1,61% do sudeste e 2,66% de Minas Gerais. Apesar desta baixa contribuição, ainda apresentou queda em todo o período.

Na decomposição em 3 níveis acrescenta-se ao componente inter-rural/urbano os componentes intra e inter-gêneros (T_{BG}). O componente inter-gêneros, para 2006, explica 2,72% da desigualdade brasileira, 3,61% do sudeste e 3,99% da desigualdade mineira. Apesar desta baixa contribuição, também esteve em queda no período. A maior queda do componente ocorreu a nível brasileiro, seguido do sudeste. Minas Gerais apresentou a menor queda, pois a partir de 2002 este componente tendeu a crescer.

Na decomposição em 4 níveis decompõe-se o componente intra-gênero em fatores intra e inter-raciais. O componente inter-racial (T_{BR}) aumentou em todas as localidades, chegando em 2006 com 6,61% para o Brasil, 6,15% para o Sudeste e 6,10% para Minas Gerais. Apesar do Brasil apresentar a maior representatividade do componente inter-racial no período, o maior aumento deste componente ocorreu para Minas Gerais, que passou a ter a desigualdade em proporção maior representada pela diferença de renda devido ao diferencial racial. Isto significa que a queda do índice de desigualdade não foi acompanhada pela redução da discriminação racial, tornando este componente mais importante para explicar a desigualdade, principalmente em Minas Gerais.

Na decomposição em 5 níveis acrescenta-se o fator educacional: intra e inter-grupo educacional. Cerca de 1/3 da desigualdade de renda brasileira é explicada pela desigualdade inter-grupo educacional para todas as agregações analisadas. Este fato corrobora resultados da literatura que apontam que o fator educacional é muito relevante para determinar o formato da distribuição de renda brasileira. Neste sentido, políticas que reduzam a desigualdade educacional podem se mostrar importantes para reduzir a desigualdade de renda brasileira.

Por fim, é importante destacar que a participação do componente intra-grupo educacional é extremamente elevada, mas denota apenas que além da desigualdade rural/urbano, por gênero, raça e anos de escolaridade, existem outros fatores não identificados que explicam mais da metade da desigualdade de renda. Outra maneira de ler o resultado é dizer que os componentes rural/urbano, gênero, raça e educação explicam, juntos, cerca de 42% da desigualdade de renda brasileira, em 2006, e os demais 58% são devidos a outros fatores não observáveis ou não destacados neste trabalho, como experiência, setor de trabalho, capacidade intelectual, dentre outros.

REFERENCIAS

- AKITA, Takahiro (2000). **Decomposing Regional Income Inequality** using Two-Stage, Nested Theil Decomposition Method. *Working Paper* N° 2. June 2000.
- ATLAS de desenvolvimento humano do Brasil 2003. Pnud: 2003. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/oque/index.php>>.
- BARROS, Ricardo Paes; MENDONÇA, Rosane. **Salários e educação no Brasil**. Brasília: Projeto Nordeste / Fundescola, 2000a.
- BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane.. Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, Ricardo (ORG), **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000b. Cap.3 p.81-107.
- BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane..Pelo fim das décadas perdidas: educação e desenvolvimento sustentado no Brasil. In: HENRIQUES, RICARDO (ORG), **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000c. Cap.14 p.405-423.
- BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. A estabilidade inaceitável desigualdade e pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, RICARDO (ORG), **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000d. Cap.1 p.21-47.

- BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; ROSANE Mendonça. Evolução recente da pobreza e da desigualdade: maneiras preliminares para a política social no Brasil. In: BARROS, Ricardo Paes de. **Pobreza e política social**. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 2000e. p.11-31.
- BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane. Por que o Brasil é mais pobre do que os países industrializados? In: ARAUJO, Aloísio Barboza de. **O Brasil no fim do século: desafios e propostas para a ação governamental**. Rio de Janeiro: IPEA, 1994. p.157-160.
- BLAUG, Mark (ed). **Economics of Education: Selected Readings**. Baltimore: Penguin Books, 1968.
- CAMPANTE Filipe R., Crespo Anna R. V., Leite Phillippe G. P. G. Desigualdade Salarial entre Racas no Mercado de Trabalho Urbano Brasileiro: Aspectos Regionais. **RBE**. Rio de Janeiro 58(2):185-210 ABR/JUN 2004
- FERREIRA, Francisco H. G.; LITCHFIELD, Julie A. Desigualdade pobreza e bem-estar no Brasil – 1981/95. In: HENRIQUES, RICARDO (ORG), **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. Cap.2 p.49-80.
- FERREIRA, Francisco H. G. Os determinantes da desigualdade de renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional. In: HENRIQUES, RICARDO (ORG), **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. Cap.5 p.132-158.
- FERREIRA, Francisco H G; Leite, Phillippe G; Litchfield, Julie A; Ulyssea, Gabriel. Ascensão e queda da desigualdade de renda no Brasil. **Economica**, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p.147-169, junho 2006
- HENRIQUES, Ricardo. Desnaturalizar a desigualdade e erradicar a pobreza: por um novo acordo social no Brasil. In: HENRIQUES, RICARDO (ORG), **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000b. p.1-20.
- HENRIQUES, Ricardo. **Raça e gênero no sistema de ensino**: os limites das políticas universalistas na educação. Brasília : UNESCO, 2002. 100p.
- HOFFMANN, Rodolfo. Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil. In: HENRIQUES, RICARDO (ORG), **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. Cap.3 p.81-107.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – 1990, 1995, 1999, 2002, 2003, 2004 e 2005** microdados. Rio de Janeiro: IBGE, CD-ROM
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA)**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em 26 out. 2005
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP)**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>>. Acesso em 30 out, 2005
- JONES, Charles I. Aplicações empíricas dos modelos de crescimento neoclássicos. In: JONES, C I. **Introdução à teoria do crescimento econômico**. Rio de Janeiro: Campus, 2000. Cap.3 p.44-64.
- IDHS, PNUD. **Educação: Objetivo 2** : atingir o ensino básico universal. PUC MINAS/IDHS, PNUD BH: 2004.
- NERI, Marcelo. Retratos da Deficiência no Brasil. **FGV, Rio de Janeiro, vol. 1, 2003**
- PESSOA, S., FERREIRA, P.C. e OLIVEIRA, L.G. (2007). Por que o Brasil não Precisa de Política Industrial. **Ensaio Econômico EPGE** no. 644, 03/2007.
- QUADROS, Valdir. Gênero e raça na desigualdade social brasileira recente. *Estudos Avançados* 18 (50), 2004
- RAMOS, Lauro; VIEIRA, Maria Lucia. Determinantes da desigualdade de renda no Brasil nos anos 90: discriminação, segmentação e heterogeneidade dos trabalhadores. In: HENRIQUES, RICARDO (ORG), **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. Cap.6 p.159-176.
- RAMOS, Lauro. A desigualdade de rendimentos do trabalho no Período pós-Real: o papel da escolaridade e do desemprego. *Economia Aplicada*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 281-301, abril-junho 2007
- SALVATO, Marcio A., ARAUJO JR, Ari F. e MESQUITA, Leonardo A. Crescimento Pró-pobre no Brasil: uma avaliação empírica da década de 1990. **Texto de Discussão do IDHS**, n. 2, 2007.
- SALVATO, Márcio A., DUARTE, Ângelo J. M., FERREIRA, Pedro C.. Disparidades regionais ou educacionais? Um exercício com contrafactuais. In: TEIXEIRA, E.C.; BARBOSA, M.J. (Org.). Investimento e Crescimento Econômico no Brasil. 1 ed. Viçosa: Editora da UFV, 2006, v. 1, p. 333-369.
- SHORROCKS, A. The class of additively decomposable inequality measures. 1980. **Econometria**, v.52, p.1369-1385
- SIQUEIRA, Marcelo Lettieri; Siqueira, Márcia Lettieri. Desigualdade de renda no Nordeste brasileiro: Uma análise de decomposição. **XI Encontro Regional de Economia – ANPEC/Banco do Nordeste**. Maio 2006
- WANG, Yan. Melhorando a distribuição de oportunidades. In.: THOMAS, Vinod et al. **A qualidade do crescimento**. Tradução Élcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 2001. Cap. 3 p.51-86.
- WAQUIL, Paulo D.; MATTOS, Ely José. Distribuição de Renda no Rio Grande do Sul: Um Comparativo entre o Rural e o Urbano. Anais do 1º Encontro de Economia Gaúcha. Porto Alegre: PUCRS/FEE, 2002. p. 1-15, 2002.